

# NECESSITARISMO E POSSIBILISMO EM LEIBNIZ

Guido Imaguire<sup>1</sup>

UFC

Sistemas filosóficos muito abrangentes e que, ao mesmo tempo, pretendem conciliar diferentes correntes da tradição, freqüentemente apresentam tensões ou até incompatibilidades. Mesmo um pensador do porte filosófico e da habilidade lógica de Leibniz pode correr tal risco.<sup>2</sup> Ao mesmo tempo em que Leibniz é reconhecido como o pensador da tradição pré-analítica com o uso mais sofisticado e amplo da lógica modal, e, portanto, do conceito de possibilidade, aplicada na sua tese de que o mundo no qual vivemos é o melhor dentre infinitos outros mundos possíveis,<sup>3</sup> o seu sistema foi confrontado, desde seus próprios dias, com a acusação de ser extremamente necessitarista. Tal crítica pode ser enfrentada com a argumentação de Leibniz de que o determinismo intramundano, a determinação da ocorrência de fatos *dentro* de um mundo possível específico, não implica o necessitarismo, a tese de que este mundo seja, enquanto totalidade de fatos, necessário. O objetivo do presente artigo é analisar a seguinte dificuldade do sistema leibniziano: a suposição de um Deus perfeito e necessariamente existente, le-

---

(1) O artigo foi enriquecido com as discussões que tive com Manfredo de Oliveira e José Maria Arruda, além das valiosas sugestões do parecerista anônimo da revista.

(2) Ishiguro (1998:534) aponta como motivo para algumas incompatibilidades do sistema de Leibniz o longo processo de produção e construção do seu sistema.

(3) Teorias de mundos possíveis já se encontram em vários autores anteriores a Leibniz: na antiguidade, especialmente em Orígenes, também em Duns Scotus e até mesmo em Descartes. Veja: Burkhardt *The Origin of the Theory of Possible World*.

vada às últimas conseqüências, parece ter de conduzi-lo inevitavelmente ao necessitarismo e, portanto, a sua defesa do não-necessitarismo é pelo menos bastante frágil. A discussão deverá revelar, no entanto, que existem várias alternativas interessantes entre os simples determinismo e o libertarianismo, de modo que esta divisão binária é demasiadamente simplista.

### 1. Determinismo e Necessitarismo

O pretendido não-necessitarismo de Leibniz, sabe-se, é fundamentado na sua famosa teoria dos mundos possíveis. Um mundo possível é, para Leibniz, um conjunto máximo de estados de coisas compostíveis. O único critério para determinar se um determinado conjunto de estados de coisas é compostível ou não é a ausência de contradição: um mundo possível é um mundo não contraditório. “Existem” infinitos mundos possíveis, isso quer dizer, diferentes mundos possíveis estão no intelecto de Deus. As aspas de “existem” indicam a distinção entre existência real e existência ideal: esses infinitos mundos possíveis existem idealmente na medida em que estão na mente de Deus. O Deus leibniziano – mente infinita e calculador ilimitado – tem um conhecimento designado “intuitivo”. Ele conhece todos os mundos possíveis de modo exaustivo e analítico. Todos estes mundos têm o que Leibniz chama de “pretensão à atualização”. Mas como ser perfeito em todos os aspectos, e, por isso, especificamente, como ser moralmente perfeito, Ele escolhe apenas um – o melhor<sup>4</sup> dos mundos possíveis – para atualizá-lo.

O conhecimento intuitivo de todos os mundos possíveis (portanto, inclusive do atual) se refere ao conhecimento de Deus dos mundos na totalidade dos seus detalhes em toda extensão temporal. Mesmo que a onisciência de Deus, enquanto

---

(4) Existe uma controvérsia entre os intérpretes de Leibniz sobre o sentido exato de “melhor”: se se trata de uma categoria moral ou metafísica. Em muitos escritos, especialmente em *Da Origem Primeira das Coisas*, Leibniz argumenta que um mundo é tanto melhor quanto maior o número de fenômenos organizado por um mínimo de princípios. Este é freqüentemente chamado “princípio mini-max”, e parece claramente inspirado na noção de harmonia e elegância matemática.

categoria epistêmica, não implique a necessidade lógica dos acontecimentos futuros, o fato de que ele escolhe um mundo em toda sua determinação parece implicar um determinismo intramundano: Deus escolheu o mundo no qual Pedro casará amanhã com Maria. Portanto, Deus determinou que Pedro casará amanhã com Maria. Isso decorre do fato de que em Deus, devido a sua onipotência e perfeita capacidade de representação do bem, moral e ontologia são identificáveis. Como tudo o que Ele quer é bom, e, devido a sua onipotência, tudo que Ele quer Ele também realiza, segue-se que tudo que é bom (ou melhor, que pertence ao melhor dos mundos possíveis) é realizado por Deus (*princípio do melhor*). Existir significa assim pertencer ao melhor dos mundos possíveis.

Apesar deste determinismo, Leibniz reivindica a dimensão moral para os sujeitos racionais do mundo, o que parece contradizer a suposição clássica de que moralidade pressupõe liberdade. Mas Leibniz é um compatibilista: para ele há um bom sentido em se falar em liberdade e moralidade mesmo num sistema determinista, (Veja por exemplo o argumento de Frankfurt, 1969). Por isso, não é apenas o desejo de salvar a categoria do moral que leva Leibniz a defender o possibilismo: a tese segundo a qual o nosso mundo não existe necessariamente (*Da Origem Primeira das Coisas*). Os argumentos de Leibniz são de ordem metafísica.

Para esclarecer a relação aparentemente conflitante entre possibilismo e determinismo no sistema de Leibniz é importante diferenciar duas teses: o *determinismo* e o *necessitarismo*. O determinismo é uma tese referente à estrutura intra-mundana e decorre do chamado *superessencialismo* de Leibniz, segundo o qual a totalidade dos predicados, presentes, passados e futuros que podem ser atribuídos com verdade a um indivíduo, fazem parte da sua essência – a totalidade de notas compõe o que Leibniz designa *conceptus completus* ou *notio completa* de um indivíduo. Assim, ele não distingue propriedades acidentais de propriedades essenciais do mesmo modo como a tradição aristotélica. Disso decorre a tese conhecida de que todas as verdades, tanto as de razão como as de fato, são, em última instância, analíticas: conhecendo-se o *conceptus completus* de um indivíduo, pode-se derivar analiticamente todos os enunciados verdadeiros sobre ele. Dado

um determinado mundo possível, a “biografia” de cada indivíduo é absolutamente determinada *enquanto parte deste mundo*, e assim, o mundo como totalidade de fatos envolvendo indivíduos<sup>5</sup> também é completamente determinado. Poderíamos chamar esta tese de *determinismo intramundano* ou *mereológico* – a determinação completa de uma parte é relativa à estrutura do todo determinado.

A formulação da tese do necessitarismo, por outro lado, exige certo cuidado. Se a definimos como a tese que diz que o mundo é necessariamente assim como ele é, ou, com outras palavras, que o mundo não poderia ser diferente do que ele é, ela se transforma numa tautologia. Nada pode ser diferente do que é. A melhor formulação parece ser, portanto: somente um conjunto maximal consistente de estados de coisas pode ser atualizado. (Como veremos adiante, também essa formulação não é exata o suficiente). O necessitarismo é, portanto, uma tese “exterior” ao mundo, que diz não haver outros mundos possíveis.

O pensamento de Leibniz tem uma estrutura mereológica muito clara. Poder-se-ia fundamentar a distinção entre determinismo e necessitarismo com um recurso à mereologia: o *determinismo mereológico* afirma que qualquer parte de um todo completamente determinado também é determinada. A determinação é uma relação simétrica (se o todo é completamente determinado, então também o são as partes, e se todas as partes são determinadas, então o todo também o é) e transitiva (se o todo é determinado e uma parte é determinada, então uma parte desta parte também o é). O *necessitarismo metafísico* é, por outro lado, a tese que diz que apenas um determinado todo pode ser atualizado. O necessitarismo metafísico implica o determinismo mereológico, mas o contrário não ocorre.

A posição de Leibniz é clara: ele pretende defender o determinismo mereológico sem cair no necessitarismo metafísico. Com seu recurso à categoria

---

(5) A expressão “envolvendo indivíduos” é, num sentido, supérflua. A rigor, fatos são contingentes e sempre envolvem indivíduos: relações entre indivíduos, ou relações entre indivíduos e universais. Verdades de razão, por outro lado, envolvem exclusivamente universais (relações entre universais de diversos níveis) e são necessárias, ou seja, presentes em todos os mundos possíveis.

modal da possibilidade compreendida como ausência de contradição, ele elimina a necessidade de adesão ao necessitarismo espinosista. Mesmo assumindo que, imanente a cada mundo possível, todos os estados de coisas futuros sejam necessários *enquanto* partes deste mundo determinado, o não-necessitarismo metafísico pretendido se fundamenta na idéia de que outros mundos, outras totalidades, poderiam ter sido criados na medida em que não contêm contradições.

Para Leibniz nenhum mundo, apesar da sua pretensão à atualização, se atualiza por si só, nenhum mundo é *causa sui*. Todo mundo necessita de algo que lhe confira existência. Existência real é dada, segundo Leibniz, no ato de criação de Deus: apenas o mundo atual foi criado. Toda a argumentação de Leibniz contra o necessitarismo depende da tese, aparentemente não problemática, que Deus, como ser livre, poderia ter atualizado um outro mundo. Isso não significa que não haja nenhuma razão pela qual este mundo seja atualizado e outros não, o que feriria seu princípio fundamental de razão suficiente:

Axioma magnum: Nihil est sine ratione. Sive, quod idem est, nihil existit quin aliqua ratio reddi possit (saltem ab omniscio) cur sit potius quam non sit, et cur sic potius quam aliter (Grua 13)

Assim, a criação do mundo atual é um ato livre, embora Deus, enquanto ser bom, se veja *moralmente* obrigado (*necessitas moralis*) a escolher o melhor mundo possível.

Necessitas excluditur Metaphysica, cujus oppositum est impossibile, seu implicat contradictionem; sed non Moralis, cujus oppositum est inconueniens. (GPh VI 441)

O determinismo lógico, que decorre do seu superessencialismo, é relativizado por Leibniz através da noção de necessidade moral, que é uma necessidade num sentido mais fraco, não lógico, evitando assim que o determinismo implique o necessitarismo.

## 2. O argumento do necessitarismo

Mas justamente aí surge a dificuldade. O necessitarista pode lançar a questão: Deus poderia realmente ter criado um mundo diferente do melhor possível? Parece que no conceito de necessidade moral se oculta uma certa necessidade lógica. Poder-se-ia tentar demonstrar que, a partir das premissas de Leibniz, o necessitarismo é inevitável, e que seu esforço em evitá-lo é, portanto, fracassado. Chamemos o mundo atual, supostamente o melhor possível, de mundo A, e um mundo qualquer, diferente de A, de B (p.ex. o terceiro melhor mundo). O argumento do necessitarismo é então:

- (1) Deus não pode fazer algo impossível (= contraditório).
  - (2) Em Deus, querer e fazer são idênticos. (*decorre da sua onipotência*)
  - (3) Deus é o ser perfeito em todos os sentidos (epistêmico, moral, metafísico). (*Def. de Deus*)
  - (4) Deus é moralmente perfeito. (*decorre de 3*)
  - (5) Um ser moralmente perfeito é um ser que necessariamente quer o melhor (*Def. perfeição moral*)
  - (6) Deus quer necessariamente o melhor. (*decorre de 4 e 5*)
  - (7) Posto que A é o melhor dos mundos possíveis, Deus necessariamente quer A. (*decorre de 6*)
  - (8) Deus faz necessariamente A. (*decorre de 2 e 7*)
- logo, A é necessário.

Sem Deus, poder-se-ia argumentar, não haveria criação, e portanto, neste caso, o mundo atual não seria necessário – simplesmente não seria nada. A metafísica de Leibniz é também a tentativa de responder à questão: por que há o ser e não o nada? “Ce principe posé, la premiere question qu’on doit faire, sera, porquoy il y a plustôt quelque chose que rien?” (*Principes de la Nature et de la Grace*, § 7, GPh VI 602). A possibilidade do nihilismo é excluída do sistema na

medida em que Leibniz assume que, primeiro, Deus existe necessariamente (segundo a prova ontológica e a prova das modalidades), segundo, que Ele é necessariamente bom (segundo a prova ontológica, se consideramos a bondade uma perfeição)<sup>6</sup>, e, terceiro, que a existência é uma perfeição, logo Deus não poderia não fazer nada – fazer um mundo, mesmo imperfeito, é melhor do que não fazer nenhum mundo.

A possibilidade da coexistência de duas (ou mais) totalidades é eliminada na medida em que para coexistir elas teriam de ser compostíveis, e se elas fossem compostíveis, cada uma delas não seria um mundo, pois mundo é por definição uma totalidade maximal, logo somente a soma das duas (ou mais) totalidades seria um mundo (elas seriam uma só totalidade).

O argumento do necessitarista se baseia na idéia de que se Deus é, por definição, o ser que quer e age necessariamente da melhor maneira possível, ele não pode escolher um outro mundo que não seja o melhor possível. Reformulando o problema na forma de um argumento de *reductio ad absurdum*: para não cair no necessitarismo de Espinosa, Leibniz teria de dizer que Deus poderia ter realizado B. Mas isso, parece, leva a uma contradição:

- (I) Deus pode fazer B. (*suposição do possibilismo*)
- (II) Deus pode fazer um mundo, que não é o melhor. (*decorre da Def. B*)
- (III) O ser que sempre faz o melhor poderia fazer um mundo que não é o melhor.

O necessitarista afirmaria que (III) é uma contradição, de onde ele deduziria que a suposição (I) teria de ser falsa.

Todo o problema se concentra na noção de liberdade de Deus no ato da criação. Leibniz rejeita a noção de Deus de Avicenna e Espinosa, de um Deus

---

(6) Veja J. M. Arruda “Leibniz e a existência de Deus” (em Oliveira 2002).

metafísico incapaz de pensamento e vontade; para ele, Deus é substância, mente e pessoa (A VI iii 474). Leibniz esclarece que Deus age livremente, sem coação, e que o mundo atual, portanto, não é necessário. O argumento do necessitarismo tenta mostrar que Deus, devido a sua perfeição moral, tem de criar o melhor mundo possível. O ponto crítico do argumento reside na tese (5), segundo a qual um ser moralmente perfeito *necessariamente* quer o melhor. Leibniz poderia defender o possibilismo dizendo que um ser perfeito quer *sempre*, mas contingentemente e não *necessariamente*, o melhor.<sup>7</sup> De fato, a concepção modal de Leibniz permite a distinção entre querer sempre o melhor e querer necessariamente o melhor. Muitos autores desde Aristóteles conceberam a natureza da necessidade recorrendo à noção de realização no tempo: necessário é aquilo que é sempre o caso. Kant, por exemplo, diz na *Crítica da Razão Pura* (B 184): “O esquema da necessidade é a existência de um objeto em todo o tempo”. Outros autores, como Russell, evitando o recurso a uma categoria física como a temporalidade, definem a necessidade recorrendo à quantificação: necessário é aquilo que é sempre o caso. Leibniz, ao contrário, adota a concepção de Scotus das modalidades, segundo a qual o possível (*possibile logicum*) é definido como ausência de contradição<sup>8</sup> e a necessidade é compreendida como algo cuja negação implique uma contradição.<sup>9</sup> Para Leibniz “ser sempre o caso” é uma condição necessária, mas não suficiente para determinar a necessidade. Se x é necessário, x será sempre o caso. Mas se x é sempre o caso, disso não decorre que x seja necessário. Tendo que optar entre A e B, e sendo A melhor que B, um ser

(7) Assim escreve por exemplo Marques (2000:33): “... Deus *sempre* escolhe a melhor das alternativas, agindo, portanto, *inexoravelmente* da melhor maneira que se possa conceber” (grifo meu.).

(8) “*Possibile logicum est modus compositionis formatae ab intellectu, ilius quidem, cuius termini non includent contradictionem*” (Opus Oxon. I. d. 2 q7 n.10, citado por Arruda 1998: 29); “*Possibile est quod non continet contradictorium seu A non A*” (C 364). Sobre a concepção de Aristóteles veja: Hintikka *Time and Necessity: Studies in Aristotle’s Theory of Modality*, Oxford 1973. Veja também Burkhardt 1980: 37ss.

(9) Assim, para Leibniz o necessário é idêntico ao tautológico. Ele desconhece enunciados considerados necessários mas não tautológicos nem analíticos como “Túlio é Cícero”.

moralmente perfeito faz sempre A, embora ele seja livre para fazer B. Só porque Deus sempre faz o melhor, não se segue que ele faça o melhor de modo necessário. “O ser que sempre faz o melhor pode fazer um mundo que não é o melhor” não é, a rigor, uma contradição. Contraditório seria “O ser que *necessariamente* faz o melhor *pode* fazer um mundo que não é o melhor”.

### 3. Primeira alternativa do possibilista: Necessidade e temporalidade

Mas o necessitarista poderia reforçar sua posição levantando a suspeita de que, pelo menos especificamente no caso de Deus, essa distinção entre *sempre* e *necessariamente* não faz sentido. É pelo menos muito suspeito utilizar a categoria temporal “sempre” para um ser atemporal como Deus. Segundo a prova das perfeições, aceita por Leibniz, a perfeição moral de Deus está fundamentada na sua essência e a sua essência é necessária. Logo, Deus é necessariamente bom. E disso o necessitarista concluiria rapidamente que o mundo atual existe necessariamente. Pois para Deus criar o mundo B, ele teria de agir contra a sua natureza (que é necessariamente boa), ele teria de, por assim dizer, “poder deixar de ser Deus (ser perfeito) por algum momento”. Mas é claro que Deus *não pode* deixar de ser Deus, pois para isso ele teria de poder *querer* deixar de ser Deus, mas isso significaria poder querer o mal, o que, novamente, contraria a sua natureza: “Deus não pode agir de uma forma diferente porque ele não pode deixar de ser o que ele é” (Marques 1998:8) Cai-se num regresso ao infinito. Deus não pode querer o mal, nem querer querer o mal, e assim por diante. É logicamente contraditório que um ser com natureza boa queira o mal.<sup>10</sup> Deus é necessariamente Deus, e por isso, necessariamente *sempre* bom. Logo, Deus quer *sempre e necessariamente* o bem. Uma alternativa apenas aparentemente melhor seria recorrer à versão não temporal quantificada da necessidade. Mas, em última análise, o necessitarista poderia

---

(10) Em toda a discussão se pressupõe, aliás, a tese de Leibniz que a representação do bem de [por] Deus é perfeita, ou seja, que ele não pode querer o mal por engano: Deus não pode querer x, por pensar que x é bom, sendo que, na verdade, x é mau.

simplesmente repetir o argumento substituindo a definição de Deus como ser que quer sempre o melhor pela sua definição como ser que quer em todos os casos o melhor.

O problema poderia ser tratado de outra maneira, formulado com duas questões fundamentais: tem Deus, como todos os indivíduos por Ele criados, um *conceptus completus* ou apenas um *conceptus plenus*? E se Ele tem um *conceptus completus*, pertence a este criar o melhor dos mundo possíveis? Se ambas as respostas forem positivas, então se segue que a criação do mundo atual é parte do conceito de Deus, e que, assim, Ele não poderia não tê-lo criado sob pena de contradição. Que o mundo A é atualizado por Deus deriva analiticamente da decomposição do conceito completo de Deus. A rigor, Deus não pode não querer/fazer A. Pois, se pertence ao conceito de Deus sempre querer e fazer o melhor, ele não pode, sob pena de contradição lógica, e não apenas por necessidade moral, querer algo que não seja o melhor.

É interessante perceber que com isso não se mostrou que B é impossível, no sentido de “contraditório”, mas sim que é impossível que B exista. Mas, a partir da noção de Deus como ser que faz sempre e necessariamente o melhor, segue que é impossível que A não exista e impossível que B exista.

#### 4. Segunda alternativa do possibilista: a hierarquia dos melhores

Poder-se-ia tentar uma outra alternativa: Mesmo reconhecendo a validade do argumento necessitarista segundo o qual Deus faz necessariamente sempre o melhor possível, restaria a possibilidade de defender o possibilismo afirmando que *este* mundo, no caso A, não é necessariamente o melhor dos mundos possíveis. Ou seja, o melhor dos mundos possíveis existe necessariamente, mas não é necessário que justamente este seja o melhor. Deve ser possível, portanto, que exista um mundo A' melhor que A. O possibilismo recorreria neste caso à contingência da hierarquia moral (ou metafísica, como vimos na nota de rodapé 4). Observe-se que neste caso o possibilista fez uma certa concessão ao necessitarismo, o que indica existirem posições intermediárias entre o puro possibilismo e o necessitarismo.

É importante lembrar neste contexto que, para Leibniz, a moral (a distinção entre o bem e o mal) é, assim como a lógica, uma estrutura objetiva que compõe a essência de Deus e, portanto, eterna como Ele. O mundo não é bom porque Deus o fez, mas sim, Deus o fez porque ele é bom, senão Deus não seria digno de louvor, explica Leibniz em vários textos, p. ex *Discours de Métaphysique* §3. A distinção moral do bem e do mal é uma realidade objetiva, embora interna, também para Deus.

O grau de perfeição dos diversos mundos possíveis não pode ser compreendido, desse modo, como um produto de uma ação divina motivada pela sua vontade, mas sim como algo reconhecido por Deus ao conceber em seu intelecto as noções de tais mundos. (Marques 1998:8, veja também Leibniz *Confessio Philosophi* 1967:77-79)

A noção de louvabilidade de Deus, por ter feito o melhor mundo possível, tem analogia com o problema da responsabilidade moral dos seres humanos. Judas não é inocentado da traição de Jesus por ter agido de acordo com a estrutura determinada do mundo que Deus criou (ou seja, por Deus ter atualizado o Judas, cujo *conceptus completus* inclui a traição de Jesus). Ao *conceptus completus* do Judas do melhor mundo possível pertence o predicado da sua repreensibilidade: Deus não é culpado por ter criado Judas, pois o conceito de Judas já era “antes” da criação dotado do pecado. E assim, de modo semelhante, mesmo se pertence ao *conceptus completus* de Deus a criação do melhor mundo possível, ele continua sendo digno de louvor.

Mas também esta tentativa do possibilista fracassa. Se partimos da concepção de modalidade definida em termos de mundos possíveis (necessário = aquilo que é o caso em todos os mundos possíveis), não faz sentido atribuir uma contingência à hierarquia moral de mundos, pois neste caso a contingência seria anterior a todos os mundos possíveis, e, assim, não definida em relação a eles. E como para Deus, segundo Leibniz e a tradição, não existe conhecimento *a posteriori*, essa hierarquia é conhecida *a priori* (*cognitio a priori*). Deus não cria a hierarquia moral de mundos, pois Ele só determina a existência, não a essência das coisas: “Deum esse rationem causam existentiae rerum, non vero essentiae, sive naturae rerum” (Grua 15);

“essentiae rerum sunt Deo coaeternae” (FC 24). Logo, a hierarquia moral é necessária, e, assim, é necessário que este mundo seja o melhor possível.

O reconhecimento da necessidade da hierarquia resolve, aliás, uma outra situação interessante, a saber, aquela na qual houvesse dois (ou mais) mundos distintos, mas igualmente bons. Neste caso, não haveria nenhuma razão pela qual Deus deveria escolher um mundo em detrimento do outro, e isso o tolheria completamente do ato de criação: “Talem indifferentiam non puto unquam dari, aut si daretur, quamdiu Manet, non sequi actum” (Grua 385, semelhante GPh VII 379). Ou seja, devido ao princípio de razão suficiente (quando algo é, tem de haver algum motivo para que esse algo seja assim e não de outro modo: “nihil est sine ratione” C 11), Deus não faria nenhum mundo.<sup>11</sup> Deve-se também excluir a possibilidade de não haver nenhum mundo possível, pois pelo menos um mundo atômico (composto de um só estado de coisas) deveria ser possível, pois um só estado de coisas é necessariamente compossível consigo mesmo.

Essa tentativa de desassociar as noções de “o melhor mundo possível” e “este mundo” constitui uma especulação sistemática, na medida em que não corresponde a nenhuma base textual de Leibniz (pelo menos do meu conhecimento). É interessante perceber, porém, que ela também poderia ser formulada com recurso à filosofia da linguagem contemporânea. Se admitíssemos que as expressões “este mundo” e “o melhor dos mundos possíveis” não denotam necessariamente a mesma totalidade de estados de coisas compossíveis, afinal a primeira expressão é um nome próprio lógico cuja referência é determinada por ostensão (aceitando que podemos, em algum sentido da palavra, “apontar” para este mundo) enquanto a segunda é uma descrição definida que poderia denotar outra totalidade, podemos supor que, mesmo tendo demonstrado que é necessário que o melhor dos mundos possíveis exista, e que a hierarquia de mundos é uma estrutura *a priori* e necessária, não é necessário que *este* seja o melhor dos mundos possíveis.

A dificuldade dessa tentativa consiste no fato de que, uma vez comprovada a necessidade da existência do melhor dos mundos possíveis, mesmo sabendo *a posteriori* que “este” nosso mundo existe, dada a impossibilidade da coexistência de vários mundos simultaneamente, é necessário que “este” mundo seja o melhor dos mundos possíveis. E aqui, sim, vale recorrer a Kripke: embora só saibamos *a posteriori* que “este mundo = o melhor dos mundos possíveis”, esta verdade é, como todo enunciado de identidade, necessária, logo “este mundo existe necessariamente” é tão necessário quanto “o melhor dos mundos possíveis existe necessariamente”.

### Conclusão

A discussão sobre o estatuto modal do mundo não pode ser reduzida ao esquema simplista determinismo *versus* possibilismo, o qual é suposto muitas vezes. Vimos, em primeiro lugar, que é preciso distinguir o determinismo intramundano do necessitarismo. Além disso, foram visitadas direta ou indiretamente ao longo da discussão diferentes posições como:

- (1) um ou vários mundos são logicamente possíveis, mas nenhum é necessário nem existente (nihilismo);
- (2) só um mundo é logicamente possível, e ele é necessário (necessitarismo lógico);
- (3) vários mundos são logicamente possíveis, e nenhum necessário (possibilismo pretendido por Leibniz);
- (4) vários mundos são logicamente possíveis (enquanto consistentes), mas só o melhor existe necessariamente (necessitarismo existencial);
- (5) vários mundos são logicamente possíveis, mas não há um que seja o melhor, e, assim, nenhum é necessário;
- (6) vários mundos são logicamente possíveis (enquanto consistentes), somente o melhor é necessário (necessitarismo existencial como (4)), mas não é necessário que este nosso mundo seja o melhor.

A alternativa (1) é eliminada por Leibniz pelo fato de que Deus existe necessariamente e que Ele necessariamente cria um mundo, posto lhe ser dado *a priori* um mundo melhor que todos os outros. Mas embora Leibniz pretenda defender o possibilismo (3), ele só consegue evitar o necessitarismo lógico (2), caindo num necessitarismo existencial (4). Leibniz teria de reconhecer, a rigor, que outros mundos são possíveis, embora não seja possível que eles existam, ou seja, ele teria de distinguir “ser possível” de “possivelmente existir”.<sup>12</sup> Espinosa parece ter tido maior clareza neste ponto, na medida em que ele diferencia duas impossibilidades: x é impossível quando contraditório ou quando não existe nada que possa gerar x. (*Ética* I prop. 33, escólio 1). Uma saída especulativa contemporânea possível a Leibniz consistiria em defender (6), embora, no alcance do meu conhecimento da sua obra, não existam passagens que explicitem tal alternativa; pelo contrário, a sua alternativa oficial é recorrer à noção de necessidade moral (assim pensa também a maioria esmagadora dos intérpretes). Além disso, (6) não consiste numa alternativa melhor que (4), posta a necessidade de enunciados de identidade (“este mundo = o melhor dos mundos possíveis”).

O interessante é que na nossa discussão a noção central de Leibniz do “melhor possível” passa aqui do mundo para Deus. Poder-se-ia concluir que um Deus que não cria o melhor dos mundos possíveis não é o melhor dos Deuses possíveis: Ele é um Deus moralmente deficiente. Como o melhor de todos os Deuses possíveis, *quod maius cogitari non possit*, existe necessariamente, este mundo existe necessariamente, mesmo se admitíssemos a possibilidade lógica de seres semi-divinos, parcialmente imperfeitos, coexistentes com o Deus perfeito. Logo, mesmo se estes outros semi-deuses pudessem existir, nenhum deles pode-

---

(12) Por isso, quando Marques (2000:35) fala da “incompatibilidade (dos outros mundos) com a existência de um criador sumamente bondoso”, ele só evita (2), mas cai em (4), de modo que sua apologia de Leibniz, de que “isso não afeta de modo algum a idéia de que Deus escolhe livremente entre infinitos mundos possíveis” (1998:10) perde o sentido na medida em que essa pretensa “escolha livre” se trata de uma escolha sobre qual mundo deve vir a *existir*, e todos os outros mundos não são “compatíveis com a sua existência”.

ria ter criado nenhum outro mundo, pois este outro mundo teria de coexistir com o melhor de todos os mundos possíveis, e como foi exposto acima, dois mundos não podem coexistir.

Para defender a tese de que este é o melhor de todos os mundos possíveis, e ao mesmo tempo não é o único que pode existir, teríamos de supor que Deus poderia criar outro mundo. Mas isso implica não somente a não contraditoriedade dos outros mundos, mas também a não contraditoriedade do fato de que um deles possa ser criado por um ser absolutamente perfeito. Um ser absolutamente perfeito que age uma só vez de modo imperfeito é uma contradição lógica, e não apenas moral. Logo, Ele cria necessariamente o melhor mundo, no qual nós vivemos, para alegria do otimista e desespero do pessimista.

#### RESUMO

*O tema deste artigo é a questão clássica, se Leibniz realmente conseguiu superar o necessitarismo de Espinosa. Leibniz recorre à teoria dos mundos possíveis para evitar o necessitarismo, segundo o qual somente um mundo pode ser realizado. Para ele, no ato de criação do mundo, Deus age apenas sob coação moral, não lógica. Mas a realização do melhor possível parece não apenas resultado de uma obrigação meramente moral, como Leibniz pretendia, mas sim lógica, na medida em que supor que o Ser perfeito age imperfeitamente implica uma contradição lógica. Além disso, só porque outros mundos são imanentemente possíveis, não se pode concluir que eles realmente poderiam ser atualizados.*

**Palavras-chave:** Leibniz, determinismo, possibilismo, mundos possíveis.

#### ABSTRACT

*In this paper I shall discuss how successful Leibniz was in overcoming Spinoza's determinism. In order to avoid determinism, Leibniz uses his famous theory of possible worlds, according to which only one world could be realized by God. He claims that, in creating the world, God is bound only by moral constraints, but not by logical constraints. However, as I shall argue, the creation of the best possible world is not just a matter of moral obligation, but also a matter of logic. This is so because the supposition that a perfect Being could act in an*

ANALYTICA

volume 6  
número 2  
2001 • 2002

*imperfect way would imply a logical contradiction. Moreover, from the fact that other worlds are intrinsically possible, it doesn't follow that they could actually be created by God*

**Keywords:** Leibniz, determinism, possibilism, possible worlds.

### *Bibliografia*

J. M. ARRUDA, *Modalität und Metaphysik Untersuchungen zu Leibniz und Hegel*. Tese de Doutorado não publicada. Essen 1998.

M. OLIVEIRA, C. ALMEIDA (org) "Leibniz e a existência de Deus". in *O Deus dos Filósofos Modernos*, Petrópolis: Vozes, 2002.

H. BURKHARDT, *Logik und Semiotik in der Philosophie von Leibniz*, München: Philosophia, 1980.

————— "The Origin of the Theory of Possible World". Texto não publicado.

B. ESPINOZA, *Die Ethik*, Stuttgart, Reclam, 1997.

H. FRANKFURT, "Alternate Possibilities and Moral Responsibility" in *Journal of Philosophy* 66, 1969.

J. HINTIKKA, *Time and Necessity: Studies in Aristotle's Theory of Modality*, Oxford, 1973.

H. ISHIGURO, "Unity Without Simplicity: Leibniz on Organisms", *The Monist*, vol. 81, nr. 4. La Salle, Illinois, 1998.

I. KANT, *Crítica da Razão Pura*, coleção: Os Pensadores, São Paulo, Nova Cultural, 1987.

S. A. KRIPKE, *Naming and Necessity*, Cambridge, Harvard University Press,

1972.

G. W. LEIBNIZ, *Sämtliche Schriften und Briefe*, Deutschen Akademie der Wissenschaften in Berlin, Série I-VI Bd. I ff. Darmstadt, 1923.

————— *Opuscules et fragments inédits de Leibniz*, (C) Extraits des manuscrits de la Bibliothèque Royale de Hanovre par Louis Couturat, Paris 1903 (Nova edição: Hildesheim 1961).

————— *Nouvelles Lettres et opuscules inédits de Leibniz* (FC), publié par Foucher de Careil, Paris 1854.

————— *Die Philosophischen Schriften von G. W. Leibniz*. (GPh), Bd. I-VII, editado por C. J. Gerhardt, Berlim 1875-90, Reimpressão: Hildesheim 1965.

————— *Textes inédits d'après les manuscrits de la Bibliothèque provinciale de Hanovre* (Grua), publiés et annotés par Gaston Grua, Paris 1948 (2 Bde.).

————— *Da Origem Primeira das Coisas*, in *I. Newton & G. W. Leibniz*, coleção Os Pensadores, São Paulo, Editora Abril, , 1979.

————— *Principes de la Nature et de la Grace*, em : GPh VI

E. MARQUES, "Liberdade Divina e Liberdade Humana em Leibniz", *Filosofia Política*, vol. 6, 2000, 27-42.

G. H. R. PARKINSON, "Leibniz on Human Freedom", *Studia Leibnitiana*, Sonderheft 2, Wiesbaden, 1970